

SUMÁRIO



CAPÍTULO I – SURGIMENTO, CONSOLIDAÇÃO E EVOLUÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	45
I.1 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DIREITO ADMINISTRATIVO.....	45
I.2 SEPARAÇÃO DAS FUNÇÕES DO ESTADO	47
I.3 SEPARAÇÃO DAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA DA SOCIEDADE.....	49
I.4 A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.....	50
I.5 ESTADO REGULADOR: O DIREITO ADMINISTRATIVO EM EVOLUÇÃO.....	53
I.6 DIREITO ADMINISTRATIVO COMPARADO	54
I.6.1 França.....	55
I.6.2 Alemanha	56
I.6.3 Itália	57
I.6.4 Espanha.....	58
I.6.5 Portugal.....	59
I.6.6 Argentina.....	60
I.6.7 Estados Unidos.....	61
I.7 O DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL	62
CAPÍTULO II – INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO POSITIVO.....	65
II.1 OBJETO E CONCEITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.....	65
II.2 DIREITO ADMINISTRATIVO GERAL E ÁREAS ESPECÍFICAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	67
II.3 A DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	68
II.4 COMPETÊNCIAS EM DIREITO ADMINISTRATIVO	71
II.4.1 Competências legislativas	71
II.4.2 Competências materiais.....	72
II.5 LEGISLAÇÃO E CODIFICAÇÃO.....	73
II.6 O DIREITO ADMINISTRATIVO NA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – LINDB.....	74

CAPÍTULO III – FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	79
III.1 INTRODUÇÃO	79
III.2 FONTES PRIMÁRIAS E FONTES SECUNDÁRIAS.....	79
III.3 FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO EM ESPÉCIE.....	80
III.3.1 Constituição.....	80
III.3.2 Lei.....	82
III.3.3 Regulamentos.....	84
III.3.4 Jurisprudência	93
III.3.5 Doutrina.....	95
III.3.6 Costume.....	95
III.3.7 Precedentes administrativos.....	96
III.3.8 Princípios	98
III.4 INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	99
III.5 INTEGRAÇÃO NO DIREITO ADMINISTRATIVO	103
III.6 ESPECIFICIDADES METODOLÓGICAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	105
CAPÍTULO IV – PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	107
IV.1 INTRODUÇÃO	107
IV.2 CONCEITO DE PRINCÍPIO JURÍDICO.....	109
IV.3 CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	111
IV.4 PRINCÍPIO DA JURIDICIDADE	112
IV.4.1 Princípio da legalidade.....	114
IV.5 PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE OU DA RAZOABILIDADE.....	118
IV.6 PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA: PROTEÇÃO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA E PROIBIÇÃO DE COMPORTAMENTO ADMINISTRATIVO CONTRADITÓRIO.....	120
IV.7 PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	124
IV.8 PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE.....	126
IV.9 PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA.....	127
IV.10 PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	128
IV.11 PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	132
IV.12 PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO.....	137
IV.13 PRINCÍPIO DA FINALIDADE.....	140
IV.14 PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO (OU A SUA SUPERAÇÃO)	141
IV.15 PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO (CONSENSUALIDADE E ARBITRABILIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO)	143
IV.16 PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E DE LEGITIMIDADE.....	148

IV.17	PRINCÍPIO DA AUTOEXECUTORIEDADE	150
IV.18	PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA.....	151
IV.19	PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.....	152
IV.20	PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE.....	154
CAPÍTULO V – ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA		155
V.1	FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS E FEDERAÇÃO	155
V.2	PESSOAS JURÍDICAS NO DIREITO PÚBLICO	158
V.3	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NA CONSTITUIÇÃO	159
V.4	PRINCÍPIOS DA ORGANIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO	160
V.4.1	Hierarquia.....	160
V.4.2	Discricionariedade	164
V.4.3	Especialidade	164
V.4.4	Planejamento.....	164
V.5	DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO ADMINISTRATIVA	164
V.6	TEORIA DOS ÓRGÃOS.....	166
V.7	COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS.....	168
V.8	TUTELA ADMINISTRATIVA.....	168
V.9	ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	172
V.10	ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	173
V.10.1	Autarquias.....	174
V.10.2	Fundações públicas.....	178
V.10.3	Empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista)...	180
V.10.4	Empresas estatais subsidiárias.....	195
V.10.5	Consórcios públicos	199
V.11	PARTICIPAÇÃO DO ESTADO EM PESSOAS PRIVADAS NÃO INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	202
V.11.1	Empresas privadas com participação minoritária do Estado (empresas público-privadas).....	202
V.11.2	Participação do estado em entidades privadas sem fins lucrativos: Orga- nizações Sociais, OSCIPs, OSCs, fundações de apoio, fundos de pensão, serviços sociais autônomos (“Sistema S”).....	208
V.12	AGÊNCIAS EXECUTIVAS	210
CAPÍTULO VI – ATOS ADMINISTRATIVOS.....		213
VI.1	INTRODUÇÃO	213
VI.2	CONCEITO	214
VI.2.1	Silêncio administrativo.....	217

VI.3	ELEMENTOS	223
VI.3.1	Agente	224
VI.3.2	Forma	225
VI.3.3	Finalidade	227
VI.3.4	Motivo	228
VI.3.5	Objeto (conteúdo)	230
VI.4	MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO (DISCRICIONARIEDADE X VINCULAÇÃO).....	230
VI.5	ATRIBUTOS	234
VI.6	CLASSIFICAÇÃO	235
VI.6.1	Quanto à situação jurídica gerada	235
VI.6.2	Quanto à vontade formadora.....	236
VI.6.3	Quanto à exequibilidade	237
VI.6.4	Quanto ao âmbito de repercussão.....	238
VI.7	DESFAZIMENTO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	239
VI.7.1	Revogação.....	239
VI.7.2	Invalidação	241
VI.7.3	Cassação	247
VI.7.4	Decaimento	247
CAPÍTULO VII – PROCESSO ADMINISTRATIVO		249
VII.1	PROCESSO ADMINISTRATIVO	249
VII.2	FINALIDADES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	251
VII.3	PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	253
VII.4	FASES DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	255
VII.5	COISA JULGADA ADMINISTRATIVA	255
VII.6	MECANISMOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	256
VII.6.1	Direito de petição.....	256
VII.6.2	Recursos administrativos	257
VII.6.3	Audiências e consultas públicas.....	260
VII.6.3.1	Análise de Impacto Regulatório – AIR.....	263
VII.7	PROCESSO ADMINISTRATIVO NA LEI FEDERAL Nº 9.784/1999.....	266
VII.8	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	269
VII.9	PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR	273
CAPÍTULO VIII – LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....		277
VIII.1	FUNDAMENTO.....	277
VIII.2	CONCEITO	279

VIII.3	LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS, PODER DE POLÍCIA E REGULAÇÃO	282
VIII.4	COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS.....	284
VIII.5	LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS COMO GERADORAS DE DIREITOS ENTRE PARTICULARES.....	284
VIII.6	OUTROS MECANISMOS DE INTERVENÇÃO NA LIBERDADE E NA PROPRIEDADE	285
CAPÍTULO IX – PODER DE POLÍCIA.....		289
IX.1	FUNDAMENTO.....	289
IX.2	EVOLUÇÃO HISTÓRICA	290
IX.3	CRÍTICAS À NOÇÃO DE PODER DE POLÍCIA.....	291
IX.4	CONCEITO	291
IX.5	POLÍCIA ADMINISTRATIVA E POLÍCIA JUDICIÁRIA	293
IX.6	COMPETÊNCIAS	293
IX.7	DELEGAÇÃO DO PODER DE POLÍCIA.....	294
IX.8	CARACTERÍSTICAS DO PODER DE POLÍCIA.....	297
IX.9	O CICLO DO PODER DE POLÍCIA.....	298
IX.10	LIMITES DO PODER DE POLÍCIA	301
CAPÍTULO X – REGULAÇÃO.....		303
X.1	ASPECTOS GERAIS	303
X.2	REGULAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO.....	305
X.3	REGULAÇÃO, REGULAÇÃO PÚBLICA NÃO ESTATAL, AUTORREGULAÇÃO E DESREGULAÇÃO	305
X.4	REGULAÇÃO, PODER DE POLÍCIA E ADMINISTRAÇÃO ORDENADORA	307
X.5	REGULAÇÃO SOBRE EMPRESAS ESTATAIS.....	308
X.6	CLASSIFICAÇÃO DAS REGULAÇÕES ESTATAIS DA ECONOMIA.....	308
X.7	CONCEITO DE REGULAÇÃO	309
X.8	AGÊNCIAS REGULADORAS INDEPENDENTES.....	310
X.8.1	Autonomia orgânica	315
X.8.2	Autonomia funcional.....	318
X.8.3	Classificação	321
X.8.4	Entidades similares.....	323
X.8.5	Poderes do Executivo central sobre as agências reguladoras	325
X.8.6	Autonomia frente aos agentes regulados	327
CAPÍTULO XI – DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....		331
XI.1	OS FUNDAMENTOS DA DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....	331

XI.2	O SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....	333
XI.3	ATOS DE CONCENTRAÇÃO (CONTROLE DE ESTRUTURAS EMPRESARIAIS)	334
XI.3.1	Processo administrativo de análise do ato de concentração.....	336
XI.4	CONDUTAS ANTICONCORRENCIAIS (CONTROLE DE CONDUTAS EMPRESARIAIS).....	337
XI.4.1	Processo administrativo concorrencial sancionatório.....	338
XI.5	SANÇÕES POR INFRAÇÃO À ORDEM ECONÔMICA.....	339
XI.6	DEFESA DA CONCORRÊNCIA E REGULAÇÕES SETORIAIS.....	341
CAPÍTULO XII – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....		345
XII.1	NOÇÃO E PARALELO COM AS LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS	345
XII.2	DESAPROPRIAÇÃO.....	346
XII.2.1	Aspectos gerais.....	346
XII.2.2	Espécies.....	347
XII.2.3	Normas aplicáveis.....	350
XII.2.4	Objeto da desapropriação.....	351
XII.2.5	Destinatários dos bens desapropriados	354
XII.2.6	Direito de extensão.....	357
XII.2.7	Competências para desapropriar	358
XII.2.8	A declaração expropriatória	359
XII.2.9	O processo expropriatório	360
XII.2.10	Indenização	364
XII.2.11	Tresdestinação.....	368
XII.2.12	Invalidação.....	370
XII.2.13	Desistência.....	370
XII.2.14	Desapropriação indireta.....	371
XII.3	SERVIDÃO ADMINISTRATIVA.....	376
XII.3.1	Aspectos gerais.....	376
XII.3.2	Instituição.....	377
XII.3.3	Indenização	378
XII.4	REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA	379
XII.4.1	Aspectos gerais.....	379
XII.4.2	“Requisição sobre requisição” e requisição de bens e serviços públicos.....	381
XII.4.3	Devido processo legal e contraditório.....	383
XII.4.4	Direito à indenização	384
XII.5	OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA.....	385
XII.6	LICENÇA COMPULSÓRIA DE PATENTES.....	386
XII.7	TOMBAMENTO	388

XII.7.1	Aspectos gerais.....	388
XII.7.2	Competências.....	390
XII.7.3	Processo administrativo.....	391
XII.7.4	Consequências.....	391
XII.7.5	Espécies.....	392
XII.8	ÁREAS DE PRESERVAÇÃO DA AMBIÊNCIA CULTURAL.....	393
CAPÍTULO XIII – LICITAÇÕES		395
XIII.1	CONCEITO.....	395
XIII.2	DISCIPLINA CONSTITUCIONAL E LEGISLATIVA.....	396
XIII.3	OBRIGAÇÃO DE PARTICULARES QUE ADMINISTRAM VERBAS PÚBLICAS LICITAREM.....	398
XIII.4	O QUE DEVE SER LICITADO.....	400
XIII.5	PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO.....	401
XIII.6	CONTRATAÇÃO DIRETA.....	412
XIII.6.1	Procedimentos da contratação direta.....	414
XIII.6.2	Inexigibilidade de licitação.....	415
XIII.6.3	Dispensa de licitação.....	420
XIII.7	PROCEDIMENTOS AUXILIARES DA LICITAÇÃO.....	422
XIII.7.1	Credenciamento.....	423
XIII.7.2	Pré-qualificação.....	428
XIII.7.3	Procedimento de manifestação de interesse.....	429
XIII.7.4	Sistema de registro de preços.....	430
XIII.7.5	Registro cadastral.....	434
XIII.8	FASES DA LICITAÇÃO.....	435
XIII.8.1	Preparatória.....	436
XIII.8.1.1	Agentes públicos envolvidos.....	441
XIII.8.2	Divulgação do edital de licitação.....	443
XIII.8.3	Apresentação de propostas e lances.....	444
XIII.8.4	Julgamento.....	446
XIII.8.5	Habilitação.....	453
XIII.8.6	Homologação.....	460
XIII.9	MODALIDADES DE LICITAÇÃO.....	461
XIII.9.1	Pregão.....	462
XIII.9.2	Concorrência.....	463
XIII.9.3	Concurso.....	464
XIII.9.4	Leilão.....	464

XIII.9.5	Diálogo competitivo.....	465
XIII.9.5.1	Fase de qualificação.....	467
XIII.9.5.2	Fase do diálogo.....	467
XIII.9.5.3	Fase competitiva	469
XIII.10	FUNÇÃO EXTRAECÔNOMICA DAS LICITAÇÕES.....	469
XIII.10.1	Os benefícios licitatórios para as pequenas empresas	472
XIII.11	CONTROLE DA LICITAÇÃO.....	473
XIII.12	LICITAÇÕES NAS EMPRESAS ESTATAIS.....	476
XIII.12.1	Diálogo de fontes entre a Lei das Estatais e a Lei Geral de Licitações	478
CAPÍTULO XIV	– CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	481
XIV.1	CONCEITO	481
XIV.1.1	Convênios.....	485
XIV.2	INSTRUMENTO DO CONTRATO.....	489
XIV.3	MUTABILIDADE DO CONTRATO E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	490
XIV.3.1	Matriz de riscos.....	496
XIV.3.2	Revisão e reajuste de preços	500
XIV.3.3	Prazo contratual e sua prorrogação.....	501
XIV.3.4	Instrumentos das alterações contratuais: termos aditivos e apostilamentos.....	503
XIV.4	EFICÁCIA TEMPORAL DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	504
XIV.5	SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO CONTRATUAL	506
XIV.6	FISCALIZAÇÃO E INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.....	509
XIV.7	EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	512
XIV.8	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021	516
CAPÍTULO XV	– SERVIÇOS PÚBLICOS	521
XV.1	NOÇÕES GERAIS	521
XV.2	OS SENTIDOS DE “SERVIÇO PÚBLICO” EXTRAÍVEIS DA CONSTITUIÇÃO	522
XV.2.1	Concepção amplíssima de serviço público.....	522
XV.2.2	Concepção ampla de serviço público.....	525
XV.2.3	Concepção restrita de serviço público	525
XV.2.4	Concepção restritíssima de serviço público	525
XV.3	A JURISPRUDÊNCIA DO STF	526
XV.4	O CONCEITO PROPOSTO.....	528
XV.5	INSTITUTOS AFINS	533
XV.5.1	Funções públicas e poder de polícia.....	534

XV.5.2	Serviços <i>uti universi</i>	535
XV.5.3	Fomento.....	537
XV.5.4	Atividades econômicas exploradas pelo Estado (em concorrência com a iniciativa privada e como monopólio).....	537
XV.5.5	Atividades privadas regulamentadas.....	539
XV.6	SERVIÇOS PÚBLICOS SOCIAIS E SERVIÇOS COMPARTIDOS.....	541
XV.7	SERVIÇOS PÚBLICOS E DIREITO DO CONSUMIDOR.....	544
XV.8	SERVIÇOS PÚBLICOS E CONCORRÊNCIA.....	548
CAPÍTULO XVI – DELEGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO.....		557
XVI.1	INTRODUÇÃO.....	557
XVI.2	CONCESSÃO.....	558
XVI.2.1	Normas aplicáveis.....	562
XVI.2.2	Licitação.....	563
XVI.2.3	O contrato de concessão.....	564
XVI.2.4	Remuneração da concessionária.....	571
XVI.2.5	Bens reversíveis.....	574
XVI.2.6	Elementos modificáveis e imodificáveis da concessão.....	575
XVI.2.7	Equilíbrio econômico-financeiro.....	576
	XVI.2.7.1 Insuficiência dos critérios tradicionais de equilíbrio econômico-financeiro: o equilíbrio dinâmico e a divisão de riscos.....	578
XVI.2.8	Extinção da concessão.....	581
	XVI.2.8.1 Fim do prazo contratual.....	581
	XVI.2.8.2 Encampação ou resgate.....	582
	XVI.2.8.3 Caducidade.....	582
	XVI.2.8.4 Rescisão.....	584
	XVI.2.8.5 Invalidação.....	585
XVI.3	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA – PPP.....	586
XVI.4	PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO.....	595
XVI.5	AUTORIZAÇÃO CONTRATUAL.....	597
XVI.6	ARRENDAMENTO.....	599
XVI.7	FRANQUIA PÚBLICA.....	602
XVI.8	CONTRATO DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	604
XVI.9	TERMO DE PARCERIA COM OSCIPS.....	605
XVI.10	TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO E ACORDO DE COOPERAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	607
XVI.11	GERÊNCIA PRIVADA DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS.....	610

XVI.12 CONVÊNIO.....	612
XVI.13 CONSÓRCIO PÚBLICO	613
CAPÍTULO XVII – MONOPÓLIOS PÚBLICOS	617
XVII.1 CONCEITO E DISCIPLINA CONSTITUCIONAL	617
XVII.2 MONOPÓLIOS EM ESPÉCIE	620
XVII.2.1 Atividades minerárias.....	620
XVII.2.2 Atividades nucleares.....	622
XVII.2.3 Atividades petrolíferas	624
XVII.2.3.1 A função das boas práticas internacionais do setor	627
XVII.2.3.2 As concessões petrolíferas.....	628
XVII.2.3.3 O regime jurídico do pré-sal	631
CAPÍTULO XVIII – BENS PÚBLICOS	637
XVIII.1 PECULIARIDADES DA PROPRIEDADE PÚBLICA	637
XVIII.2 TITULARES DOS BENS PÚBLICOS.....	638
XVIII.3 CARACTERÍSTICAS.....	640
XVIII.4 AFETAÇÃO E DESAFETAÇÃO.....	642
XVIII.5 ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS	644
XVIII.6 A UTILIZAÇÃO DOS BENS DE USO COMUM.....	647
XVIII.7 A UTILIZAÇÃO DOS BENS DE USO ESPECIAL.....	648
XVIII.8 O USO PRIVATIVO DOS BENS PÚBLICOS	649
XVIII.8.1 Instrumentos do uso privativo dos bens públicos	653
XVIII.8.1.1 Autorização de uso.....	654
XVIII.8.1.2 Permissão de uso	654
XVIII.8.1.3 Concessão de uso	656
XVIII.8.1.4 Concessão de direito real de uso.....	657
XVIII.9 AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS	657
XVIII.10 NOTAS A RESPEITO DE ALGUNS BENS PÚBLICOS ESPECÍFICOS.....	661
CAPÍTULO XIX – SERVIDORES PÚBLICOS.....	665
XIX.1 AGENTES PÚBLICOS EM GERAL	665
XIX.1.1 Agentes políticos.....	666
XIX.1.2 Particulares em colaboração com o Poder Público.....	666
XIX.1.3 Servidores públicos.....	667
XIX.2 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	667
XIX.2.1 Servidores públicos civis e militares.....	667

XIX.2.2	De acordo com a natureza do vínculo	669
XIX.2.2.1	Empregados públicos	669
XIX.2.2.2	Servidores temporários	670
XIX.2.2.3	Funcionários públicos	672
XIX.2.2.3.1	Mudanças estatutárias e direito adquirido	674
XIX.3	O FIM DO REGIME JURÍDICO ÚNICO	674
XIX.4	QUADRO FUNCIONAL	677
XIX.5	CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS PÚBLICOS	678
XIX.5.1	Cargos vitalícios	678
XIX.5.2	Cargos efetivos	679
XIX.5.3	Cargos em comissão	681
XIX.6	criação, transformação e extinção de cargos, funções e empregos públicos	683
XIX.7	CONCURSO PÚBLICO	684
XIX.8	INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO	689
XIX.8.1	Provimento	689
XIX.8.2	Investidura	692
XIX.9	VACÂNCIA DE CARGOS PÚBLICOS	692
XIX.10	ACUMULAÇÃO	693
XIX.11	MANDATO ELETIVO	694
XIX.12	SISTEMA REMUNERATÓRIO	695
XIX.13	EXTINÇÃO DO VÍNCULO ESTATUTÁRIO	702
XIX.14	APOSENTADORIA	702
XIX.14.1	Modalidades de aposentadoria estatutária	705
XIX.14.2	Valor dos proventos	707
XIX.15	PENSÕES	711
XIX.16	DISPONIBILIDADE	711
XIX.17	REGIME DISCIPLINAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS (PODER DISCIPLINAR)	712
XIX.17.1	Deveres dos funcionários públicos	712
XIX.17.2	As várias instâncias de responsabilização dos servidores	713
XIX.17.3	Requisitos de aplicação das sanções disciplinares	715
CAPÍTULO XX	– RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	719
XX.1	ORIGENS CIVILISTAS	719
XX.2	DIREITO POSITIVO BRASILEIRO	721
XX.3	FUNDAMENTOS	724

XX.4	SUJEITOS QUE PODEM ENSEJAR A RESPONSABILIDADE DO ESTADO	725
XX.5	CONDUTAS GERADORAS DA RESPONSABILIDADE.....	727
XX.5.1	Ação do Estado.....	727
XX.5.2	Omissão do Estado	728
XX.5.3	Situação de risco criada pelo Estado	732
XX.6	REQUISITOS DA INDENIZABILIDADE DO DANO	733
XX.7	EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE.....	735
XX.8	RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE.....	737
XX.8.1	Comunicação de instâncias.....	739
XX.9	RESPONSABILIDADE POR ATOS LEGISLATIVOS.....	740
XX.10	RESPONSABILIDADE POR ATOS JUDICIAIS	744
XX.11	RESPONSABILIDADE PELA ATUAÇÃO POSTULATÓRIA E APURATÓRIA.....	745
CAPÍTULO XXI – CONTROLES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....		747
XXI.1	FUNDAMENTOS CONCEITUAIS	747
XXI.2	LIMITES.....	749
XXI.3	TIPOLOGIA	750
XXI.4	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO ADMINISTRATIVO	752
XXI.5	CONTROLES PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO	756
XXI.5.1	Mecanismos específicos de controle interno.....	757
XXI.5.1.1	Autocontrole.....	757
XXI.5.1.2	Controle hierárquico	757
XXI.5.1.3	Controle de gestão.....	758
XXI.5.1.4	Supervisão ministerial	758
XXI.6	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PELO PODER LEGISLATIVO	758
XXI.6.1	Apreciação de atos da administração.....	759
XXI.6.2	Convocação de autoridades administrativas.....	759
XXI.6.3	Requisição de informações.....	759
XXI.6.4	Comissões parlamentares de inquérito.....	760
XXI.6.5	<i>Impeachment</i>	760
XXI.6.6	Controle do endividamento público	761
XXI.6.7	Sustação de atos normativos.....	762
XXI.7	CONTROLE PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	762
XXI.8	CONTROLE PELO PODER JUDICIÁRIO.....	766
XXI.8.1	Sistemas de controle jurisdicional no direito comparado.....	766
XXI.8.2	Alcance do controle jurisdicional.....	769

XXI.8.3	Consequências do controle jurisdicional	775
XXI.8.4	A Administração Pública em juízo	776
XXI.8.5	Ações especiais de impugnação judicial de comportamentos adminis- trativos.....	779
XXI.8.5.1	Mandado de segurança (individual e coletivo)	779
XXI.8.5.2	Habeas data.....	784
XXI.8.5.3	Ação popular.....	785
XXI.8.5.4	Ação civil pública	787
XXI.8.5.5	Ação de improbidade administrativa.....	789
XXI.8.5.6	Ações de controle da constitucionalidade	798
XXI.9	CONTROLE PELA ARBITRAGEM	803
XXI.10	LEI ANTICORRUPÇÃO	805
BIBLIOGRAFIA	809
ÍNDICE REMISSIVO	831